



Teotônio Vilela Filho

Teotônio alerta para escassez de água no país

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) afirmou ontem que as dificuldades para o gerenciamento dos recursos hídricos poderiam ser reduzidas se o Brasil desse tratamento adequado à alocação de recursos orçamentários específicos para o setor. Ao contrário, alertou ele, o projeto de Orçamento da União para 1996 prevê redução de 33,5% nas dotações do Ministério do Meio Ambiente destinadas a recursos hídricos.

A gestão dos recursos hídricos é um dos grandes desafios da administração pública brasileira e cabe ao Congresso preocupar-se com essa questão, disse Teotônio. Em sua opinião, a criação da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos é vital para promover uma verdadeira "revolução" na questão da água no Brasil, daí por que merece elogios a atuação do ministro Gustavo Krause na área.

Para Teotônio, o ministro transformou a pasta do Meio Ambiente em "ferramenta do desenvolvimento brasileiro". O senador chamou atenção para o fato de que no mundo todo há um clima de alarme em relação à escassez de água.

Maldaner e Osmar vêm riscos nas importações

Excessos no ingresso de mercadorias no país ameaçam Plano Real e provocam desemprego em regiões produtoras, alertam senadores



Mauro: contra a consagração de desigualdades regionais

Mauro propõe mudança na reforma tributária

A reforma tributária tal como está sendo pretendida pelo Executivo prejudica os estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e pode servir "à consagração das atuais desigualdades regionais", advertiu ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

Segundo o parlamentar, o projeto de emenda constitucional enviado pelo Executivo ao Congresso tem muitos pontos positivos, mas sofrerá pressões contrárias das bancadas de estados mais pobres ou emergentes, caso não sejam revistos alguns fundamentos. No seu entender, é possível contornar as divergências sem que-

brar a espinha dorsal da reforma.

Um destes fundamentos, segundo explicou, é a proposta para federalização do ICMS, que obriga os estados a abrirem mão de recursos que hoje são garantidos, para posteriormente receberem repasses do Orçamento, "sem nenhuma garantia de prazos".

Outro ponto importante, de acordo com Mauro Miranda, é o que se prende à perda - a seu ver, implícita na proposta do governo -, na cobrança repartida entre União e estados, dos impostos sobre energia, petróleo, comunicações e transportes estaduais e interestaduais.

Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Osmar Dias (PSDB-PR), em pronunciamentos diferentes, alertaram ontem o governo para os riscos da abertura comercial indiscriminada. Maldaner disse que o Plano Real correrá riscos se a equipe econômica não limitar o que ele chamou de "orgia das importações".

O senador catarinense lembrou que esse problema tem provocado déficits na balança comercial, com o crescimento das importações acima da evolução nas exportações. Ele pediu providências sobretudo contra a concorrência desleal de fabricantes e produtores estrangeiros.

Já Osmar Dias advertiu que as importações subsidiadas de algodão, realizadas pelo Brasil desde 1992, a uma taxa de apenas 2%, estão acabando com a cotonicultura nacional. A consequência, apontou, é o desemprego de 260 mil trabalhadores do setor em todas regiões produtoras.

Página 4

Suplicy quer os líderes do MST em liberdade

Página 4

ACM: Sivam deve ser votado após dia 15

Relatório de Ramez Tebet será apresentado às comissões no dia 7 de fevereiro. Página 3

Campos pede dados sobre demissões



Júlio Campos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou à Mesa do Senado requerimento dirigido ao ministro do Trabalho, solicitando informações sobre as

providências que estão sendo tomadas no âmbito daquela pasta a respeito da Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. A convenção estabelece uma série de restrições para que os patrões possam demitir empregados e entrou em vigor no dia 5 de janeiro.

Júlio Campos disse que a imprensa tem noticiado divergência de opinião entre os juristas quanto à vigência do texto da convenção e aos problemas que as novas normas poderiam acarretar nas relações patrão/empregado. Segundo o senador, prevêem-se sérios conflitos a serem solucionados em tribunais do Trabalho e juntas de arbitragem, sendo indispensável, a seu ver, que o Ministério do Trabalho se manifeste sobre o assunto.

Cabral elogia França por encerrar testes nucleares

Senador aponta vitória do bom senso e destaca posição do governo brasileiro por ter-se colocado desde o início contra experiências

O senador Bernardo Cabral (AM) congratulou ontem o presidente francês Jacques Chirac por ter anunciado o fim dos testes nucleares no Pacífico Sul.

Autor do convite que, no final do ano passado, trouxe o embaixador da França no Brasil, Philippe Lecourtier, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para explicar a iniciativa daquele país com aquelas experiências, o senador disse que recebeu com grande alívio a notícia sobre o fim dos testes.

Cabral informou que na manhã de ontem o embaixador lhe telefonou, ocasião em que o senador pediu que este confirmasse a notícia sobre o fim dos testes no Atol de Mururoa. O representante diplomático francês confirmou a informação, que o parlamentar celebrou como uma vitória do bom senso.

Lembrando que a Constituição



Bernardo Cabral

brasileira só aprova pesquisas nucleares com fins pacíficos, o senador elogiou o fato de o governo do Brasil ter-se posicionado desde o início contra essas experiências, que provocaram protesto no mundo inteiro.

Cabral lembrou que os testes nucleares franceses estão sendo encerrados 4 meses antes do previsto, depois de 6 explosões.

Emília quer aproximação com Coréia do Norte

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) sugeriu o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a República Popular Democrática da Coréia (Coréia do Norte), argumentando que temos "laços com praticamente todos as nações



Emília

do mundo e, por tradição, a política externa brasileira não discrimina países por razões ideológicas, políticas ou religiosas".

Emília acrescentou que a Coréia do Norte já mantém relações diplomáticas, na América Latina, com México,

Nicarágua, Cuba, Colômbia, Venezuela, Peru, Chile e com todos os países do Caribe.

A senadora anunciou que hoje cerca de 60 parlamentares se reunirão às 11 horas, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, para constituírem o Grupo Parlamentar Brasil-República Popular Democrática da Coréia do Norte.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

12h - Recebe o deputado Carlos da Carbrás (PPB/AM).

14h30 - Preside Sessão Ordinária do Senado.

17h - Recebe o deputado Antonio Brasil (PMDB/PA) - Grupo Parlamentar Brasil-Coréia.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: *PEC nº 61/95, que permite a admissão de técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica (primeiro dia de discussão, em primeiro turno).

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PEC nº 1/96, que flexibiliza o monopólio de resseguro no país. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 401/95, (não terminativa), que solicita autorização para lançamento de títulos no exterior, com garantia da União, pela Cesp, no valor equivalente a até 500 milhões de marcos alemães, podendo atingir o valor máximo 710

milhões de dólares norte-americanos, com a finalidade de captar recursos para pagamento de dívidas garantidas pelo Tesouro Nacional; e *Ofício nº 74/95, que encaminha solicitação do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, para contratar operação de crédito externo, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata, no valor de 20 milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados ao financiamento de projeto de pavimentação asfáltica da rodovia MS-141, trecho Ivinhema/Naviraí, com extensão de 90 Km. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

ESPECIAL

11h - Instalação do Grupo Brasil-República Popular Democrática da Coréia do Norte. Local: Espaço Cultural da Câmara dos Deputados.

Previsão dos trabalhos para os próximos dias

PLENÁRIO

Quinta e sexta-feiras (1º e 02.02.96)

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: *PEC nº 61/95, que permite a admissão de técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica (segundo e terceiro dias de discussão, em primeiro turno).

ACM prevê votação do Sivam após convocação

Presidente das comissões que analisam o caso informa que as emendas ao relatório devem ser apresentadas pelos senadores durante a votação em plenário

Transporte gratuito para eleitores nas cidades



Valmir

Os eleitores residentes nas zonas urbanas, a exemplo dos que moram em áreas rurais, também poderão ter transporte gratuito

nos dias de eleição, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF). O acesso dos eleitores aos transportes coletivos será feito mediante passes distribuídos pela Justiça Eleitoral.

Valmir esclarece que o objetivo da medida é aprimorar o sentido de liberdade do ato de votar, "evitando a influência do poder econômico junto às comunidades carentes, desestimulando o uso ilegal de veículos de transporte de eleitores ou a doação de dinheiro por candidatos para que o eleitor possa pagar sua condução".

CCJ decide sobre monopólio do resseguro

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) reúne-se hoje, às 10h, para decidir sobre proposta de emenda constitucional que flexibiliza o monopólio de resseguro no país. A proposta tem parecer favorável do relator, senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

No mesmo horário, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votará pedido de autorização para que a Cesp (Centrais Elétricas de São Paulo) lance títulos no exterior para a captação de 710 milhões de dólares, destinados a pagamento de dívidas garantidas pelo Tesouro Nacional.

Dificilmente o Senado conseguirá votar, durante a convocação extraordinária, o relatório das comissões que analisam o projeto Sivam, informou ontem em plenário o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que exerce a presidência das comissões. Por isso, as emendas ao relatório devem ser apresentadas pelos senadores durante a votação do assunto no plenário.

Antonio Carlos informou que a apresentação do relatório foi prorrogada por uma semana. Assim, a próxima reunião das comissões do Sivam será no dia

7, às 10h, para discussão e votação do relatório do senador Ramez Tebet (PMDB-MS). ACM adiantou que eventuais pedidos de vista serão concedidos em conjunto.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou que as comissões do Sivam não levem em consideração o relatório da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), cujos cientistas concluíram ser possível fa-



Antonio Carlos

zer o sistema de vigilância com US\$ 934 milhões, em vez de US\$ 1,4 bilhão, como prevê o pedido de autorização de empréstimo externo.

Suplicy questionou ainda a intenção do senador Antonio Carlos Magalhães de só aceitar emendas ao relatório em plenário. O presidente do Senado, José Sarney, confirmou que o regimento prevê a apresentação de emendas a relatórios apenas em plenário.

Osmar insiste: Só licitação elimina dúvidas

- Insinuaram que a minha proposta é inócua e ridícula, mas, se é assim, então por que causa tanta preocupação às lideranças do governo? - indagou.

Osmar Dias garantiu que não retirará a emenda "por pressão de ninguém", apesar de pertencer ao mesmo partido do presidente da República. No seu entender, a licitação proporcionará uma economia para o Brasil de mais de R\$ 500 milhões, "além de eliminar as dúvidas sobre pos-

síveis irregularidades no projeto".

Os senadores Bernardo Cabral (AM), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Jefferson Peres (PSDB-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP) solidarizaram-se com o senador paranaense, reiterando a necessidade de a emenda ser apreciada. Por sua vez, Josaphat Marinho (PFL-BA) manifestou intenção de subscrever a emenda, segundo ele, "respaldado por prerrogativas constitucionais do Senado".

Ronaldo quer emenda do petróleo regulamentada

A urgente elaboração e o envio ao Congresso Nacional do projeto de lei complementar que regulará a exploração do petróleo no país foram cobrados ontem pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

- A pressa com que nos dedicamos ao exame das chamadas reformas constitucionais criou na sociedade a expectativa de que as normas regulamentares dos dispositivos alterados na Carta Magna seriam encaminhados para apreciação o mais



Ronaldo

rapidamente possível - constatou.

Relator da emenda constitucional que permite a participação da iniciativa privada na exploração do petróleo, o senador se disse preocupado com "notícias que dão conta de uma re-

forma nas atividades de trabalho da Petrobrás, admitindo-se até que o setor de transportes seja privatizado", conforme teria afirmado o presidente da estatal, em matéria publicada em *O Globo*.

Ronaldo Cunha Lima tam-

bém considerou "muito temerária" declaração do presidente do BNDES, Luis Carlos Mendonça de Barros, publicada na *Folha de S. Paulo*, no sentido de que "o Brasil não tem necessidade de o setor petróleo estar nas mãos do Estado".

Para o senador, é inaceitável que técnicos do governo estejam pressionando em direção contrária ao compromisso expresso pelo presidente da República, mediante carta dirigida ao presidente do Congresso, no sentido de manter a integridade da Petrobrás e suas condições atuais como empresa estatal.

Maldaner: importações ameaçam o Plano Real

Abertura comercial deve ser dosada para evitar concorrência desleal que coloca em risco a política econômica e gera déficit na balança, adverte senador



Romeu Tuma

Tuma pede prisão para assassinos de Chico Mendes

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) pediu ontem que a Polícia Federal promova uma operação de recaptura dos assassinos de Chico Mendes. Ele elogiou a eficiência demonstrada na prisão do assassino do procurador pernambucano que denunciara o "Escândalo da Mandioca" e considerou que igual competência pode ser dedicada à prisão de Darcy e Darly Silva.

Tuma estendeu seu apelo ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que estimulou a Polícia Federal a prender o ex-maior. A senadora Marina Silva (PT-AC), em aparte, salientou que, em audiências com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o ministro da Justiça tem defendido a recaptura dos assassinos de Chico Mendes.

Romeu Tuma também registrou sua participação e a de Pedro Piva (PSDB-SP) como representantes do Senado nas solenidades oficiais comemorativas dos 442 anos da fundação da cidade de São Paulo.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou ontem o governo que o Plano Real correrá riscos se a equipe econômica não limitar o que ele chamou de "orgia das importações". Para Maldaner, o resultado da abertura comercial indiscriminada fez as importações subirem quase 60%, enquanto as exportações mal cresceram 7%, comparando-se os primeiros sete meses de 95 com o ano anterior.

A abertura comercial tem sido uma dura lição para boa parte dos nossos empresários. O governo deve dosar essa



Maldaner

abertura e tomar providências rigorosas contra a concorrência desleal. Deve sobretudo reprimir as importações de artigos supérfluos - afirmou.

Maldaner informou que só os programas de tele vendas movimentaram, nos primeiros oito meses de 95, US\$ 2,8 bilhões, explorando a ingenuidade dos consumidores. Em aparte, Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que o Brasil, até então um dos maiores exportadores de cacau, deverá importar o produto neste ano. Romeu Tuma (PSL-SP) apoiou o discurso de Maldaner.

Osmar critica subsídios na compra de algodão

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) advertiu ontem que as importações subsidiadas de algodão, realizadas pelo Brasil desde 1992, a uma taxa de apenas 2%, estão acabando com a conicultura nacional e, em consequência, trazendo o desemprego para cerca de 260 mil trabalhadores do setor em todas as regiões produtoras.

Segundo Osmar Dias, a área plantada de algodão hoje no país já é menor que a da Argentina, "que não é um produtor tradicional". Isso se



Osmar Dias

deve, segundo Dias, a uma pressão equivocada das indústrias têxteis, que preferem importar o algodão dos Estados Unidos, por exemplo, deixando o produto nacional estocado, fato que pode gerar um efeito contrário nessas próprias indústrias.

O senador paranaense denunciou, ainda, que há três anos o governo tem em mãos um estudo sobre os subsídios relacionados com a importação de algodão e de grãos, mas não toma providências.

Suplicy quer líderes do MST livres

A disposição do governador de São Paulo, Mário Covas, de receber os líderes do Movimento dos Sem-Terra precisa ser acompanhada da revogação da prisão preventiva decretada pela Justiça contra eles, afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Carlos Bezerra (PMDB-MT) sugeriu que se estabeleçam assentamentos em regiões com terras disponíveis, enquanto Marina Silva (PT-AC) ressaltou que o MST tem a solidariedade de vários segmentos.



Suplicy

Marina estranha postura de ministro

A senadora Marina Silva (PT-AC) estranhou ontem que o ministro da Justiça, Nelson Jobim, tenha enviado carta ao governador do Pará, Almir Gabriel, listando 14 áreas indígenas sujeitas a contestações administrativas. Marina disse que o documento foi enviado dois dias após a publicação do Decreto nº 1.775/96, que alterou o procedimento administrativo na demarcação de áreas indígenas e permite que as contestações sejam feitas no âmbito daquele ministério.



Marina

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■

Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silveira Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do

Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.